



*Programa Estadual de Promoção
de Pequenos Produtores Rurais
(Produtores de Baixa Renda de Minas Gerais)*



F- 731

**III PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

**III PMDES
VOLUME 4 - PROGRAMA I**

*Programa Estadual de Promoção de Pequenos
Produtores Rurais
(Produtores de Baixa Renda de Minas Gerais)*

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
GOVERNADOR FRANCELINO PEREIRA DOS SANTOS

COORDENAÇÃO GERAL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO EXECUTIVA: SECRETARIA DA AGRICULTURA

Secretaria de Planejamento
Coordenação Geral
1981/1982



Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais

INTRODUÇÃO

O Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, lançado agora pelo Governo de Minas, é a primeira tentativa abrangente e integrada de atacar a pobreza rural em Minas Gerais. Isto porque, no decorrer dos últimos anos, o incentivo governamental destacou o atendimento aos empreendimentos em condições de responder mais rapidamente a um aumento da produção agrícola, especialmente aqueles produtos voltados para a exportação.

Assim, o pequeno produtor foi mantido, quase sempre, à margem dos instrumentos de apoio governamental ao setor, ao mesmo tempo em que sempre lhe faltou acesso aos serviços privados, devido a problemas que vão desde a falta de regularização fundiária às dificuldades impostas pelos processos burocráticos.

Com o Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, o Governo de Minas pretende reverter essa tendência, colocando, de fato, no merca-

do produtivo, mais de 30 mil pequenos produtores rurais mineiros, elevando a qualidade de vida de suas famílias e fazendo com que se tornem parte integrante do desenvolvimento do Estado.

Com esse objetivo, serão aplicados no Programa recursos da ordem de 13 bilhões de cruzeiros provenientes dos Governos Estadual e Federal e do Banco Mundial. São, ao todo, 102 municípios - das regiões Nordeste, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Sul de Minas - que, num prazo de cinco anos, terão sensivelmente melhoradas suas condições de infra-estrutura, uma vez que o Programa abrange uma área de 60.000 km² e beneficia cerca de 1 milhão de habitantes, dos quais 70% no meio rural.

Outro aspecto relevante do Programa é que ele não se limitará ao desenvolvimento das atividades especificamente rurais, já que a experiência tem demonstrado que os programas que visam a simples promoção do aumento da

produção e produtividade agrícola, por intermédio de projetos isolados, não têm apresentado os resultados esperados para os produtores e regiões de baixa renda.

Assim, toda a programação leva em conta o intercâmbio entre a zona rural e urbana, entre as atividades agropecuárias e as atividades industriais e de serviços, particularmente o sistema de escoamento e comercialização de produtos e insumos agrícolas.

Toda a linha de ação do Programa volta-se, portanto, para o desenvolvimento rural integrado, com o fortalecimento de núcleos capazes de prestarem os serviços necessários ao meio rural, o melhor aproveitamento dos recursos naturais e a criação de uma base econômica nas pequenas explorações agrícolas, capaz de elevar a renda dos pequenos produtores e, ao mesmo tempo, contribuir para a colocação, no mercado consumidor, dos produtos essenciais para a população de baixa renda.

Secretaria de Planejamento
Coordenação Geral
BIBLIOTECA

A criação de novos empregos no meio rural, auxiliando a contenção dos fluxos migratórios, é outra preocupação do Programa que pretende, no conjunto, gerar cerca de vinte mil novos empregos. Ao lado disto, o Programa se preocupa, também, com os aspectos ecológicos das regiões abrangidas, através das atividades de reflorestamento e recuperação de várzeas.

As mais diversas atividades estão incluídas no Programa, destacando-se, entre elas, as seguintes: dinamização da pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, sistematização do esquema de intermediação e de comercialização dos produtos agrícolas e de insumos modernos, racionalização do uso e distribuição da terra, através da regularização fundiária, incentivo ao cooperativismo, fortalecimento de indústrias domésticas e agroindústrias.

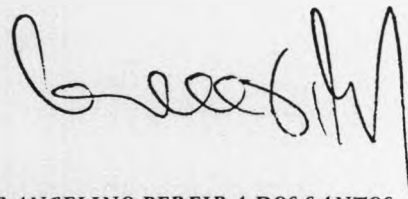
Outras atividades, do mais amplo caráter social, serão desenvolvidas. Entre estas estão o fortalecimento da infra-estrutura rural com melhorias do sistema viário, eletrificação, telefonia rural, construção de armazéns e postos de abastecimento e insumos. Também serão fortalecidos os núcleos urbanos próximos, para exercerem o papel de centros de prestação de serviços econômicos e sociais básicos, com melhoria das áreas de educação, saúde, habitação e saneamento.

Outras medidas incluídas no Programa tratam da construção de centros comunitários rurais, incentivo ao crédito rural orientado com assistência técnica, compra antecipada da produção, desenvolvimento de projetos de aproveitamento de várzeas recuperáveis, reflorestamento e atividades comunitárias diversas.

Com a coordenação geral da Secretaria do Planejamento e

direção executiva da Secretaria da Agricultura, o Programa contará com o trabalho integrado de diversos outros Sistemas Operacionais do Governo Mineiro, destacando-se Saúde, Trabalho e Educação, bem como o DER, CEMIG e DAE. O Programa se insere, ainda, dentro da filosofia do planejamento participativo, pela grande importância que terão os aspectos ligados à organização comunitária e à necessária colaboração dos próprios beneficiários, com o apoio do Governo, na solução dos problemas identificados.

Cabe destacar, finalmente, a atuação do Governo Federal e do Banco Mundial, que desempenharam papel relevante nas diversas fases de elaboração e análise do Programa e vão financiar parte das ações nele previstas.



FRANCELINO PEREIRA DOS SANTOS
GOVERNADOR DO ESTADO
DE MINAS GERAIS

Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais

OBJETIVOS GERAIS

- Promover o desenvolvimento rural integrado
- Conter os fluxos migratórios
- Combater a pobreza rural
- Melhorar as condições de vida da população rural
- Aumentar a produção e produtividade agropecuária das pequenas propriedades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Dinamização da pesquisa tecnológica voltada para a pequena produção
- Melhorar a assistência técnica e dos serviços de extensão para o pequeno produtor
- Sistematização do esquema de intermediação e comercialização agropecuária
- Racionalização do uso e distribuição da terra, através da regularização fundiária
- Incentivo ao cooperativismo
- Apoio gerencial e financeiro às pequenas empresas e ao artesanato
- Melhorar de infra-estrutura na zona rural: sistema viário, eletrificação, telefonia, construção de armazéns e postos de abastecimento e insumos
- Fortalecimento de núcleos urbanos
- Melhorias nas áreas de educação, saúde, habitação e saneamento
- Construção de centros comunitários
- Crédito rural voltado para o pequeno produtor
- Compra antecipada da produção
- Aproveitamento de várzeas recuperáveis
- Reflorestamento

- Desenvolvimento comunitário
- Avaliação, organização e gerência do Programa

ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Conselho Diretor: Secretarias do Planejamento e Coordenação Geral, Agricultura, Fazenda, Educação, Saúde e Trabalho, Ação Social e Desportos. O Conselho é presidido pela SEPLAN/MG.

Coordenação Geral: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral
Coordenação Executiva: Secretaria da Agricultura

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS:

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral
FJP-Fundação João Pinheiro
Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos
Secretaria da Saúde
Secretaria da Agricultura
EMATER-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
RURALMINAS-Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário
EPAMIG-Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
IEF-Instituto Estadual de Florestas
CAMIG-Companhia Agrícola de Minas Gerais
CASEMG-Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
COSEMG-Comissão Estadual de Sementes e Mudanças de Minas Gerais

SUDECOOP-Superintendência de Cooperativismo

Secretaria da Educação

DER/MG-Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

CEMIG-Centrais Elétricas de Minas Gerais

DAE-Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais

CEAG-Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Minas Gerais

UFV-Universidade Federal de Viçosa

BB-Banco do Brasil,

BCR-Banco de Crédito Real de Minas Gerais

BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BEMGE-Banco do Estado de Minas Gerais

CEE-Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais

Prefeituras Municipais

ÁREA DE ATUAÇÃO: 102 municípios das regiões Nordeste, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Sul de Minas.

POPULAÇÃO ENVOLVIDA:

Diretamente: Trinta mil famílias de pequenos produtores rurais.

Indiretamente: 800 mil pessoas das áreas abrangidas.

RECURSOS:

Cr\$ 12.693.000.000,00 (Doze bilhões, seiscentos e noventa e três milhões de cruzeiros) ou US\$ 242,6 milhões.

PRAZO DE IMPLANTAÇÃO: 5 anos

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA

- 
- Alagoa
-Alterosa
-Alto Rio Doce
-Alvarenga
-Araponga
-Belo Vale
-Berilo
-Bom Jesus da Penha
-Brás Pires
-Capelinha
-Capitólio
-Carai
-Carbonita
-Carvalhópolis
-Carmópolis
-Chapada do Norte
-Cipotânea
-Coimbra
-Conceição da Pedra
-Conceição do Pará
-Congonhal
-Congonhas do Norte
-Consolação
-Coraci
-Coronel Xavier Chaves
-Córrego do Bom Jesus
-Crucilândia
-Descoberto
-Desterro do Entre Rios
-Diamantina
-Diogo de Vasconcelos
-Divinésia
-Dores do Turvo
- Espinosa
-Espírito Santo do Dourado
-Estiva
-Extrema
-Fama
-Felício dos Santos
-Felisberto Caldeira
-Formiga
-Francisco Badaró
-Gonçalves
-Gouveia
-Guapé
-Guiricema
-Igaratinga
-Itacambira
-Itaipé
-Itamarandiba
-Itamarati de Minas
-Itinga
-Itumirim
-Jacui
-Jeceaba
-Joanésia
-Ladainha
-Lamin
-Mato Verde
-Minas Novas
-Miradouro
-Nova Rezende
-Nova Serrana
-Olaria
-Padre Paraíso
-Paiva
-Passabém
-Paula Cândido
- Pedra do Anta
-Pedra do Indaiá
-Pedro Teixeira
-Piedade dos Gerais
-Piracema
-Piranga
-Poté
-Prados
-Presidente Bernardes
-Resende Costa
-Rio Pardo de Minas
-Ritópolis
-Santana dos Montes
-Santo Antônio do Jacinto
-São Geraldo
-São Geraldo da Piedade
-São Gonçalo do Pará
-São João da Mata
-São João do Paraíso
-São Miguel do Anta
-São Pedro da União
-São Sebastião do Oeste
-São Sebastião do Rio Preto
-São Tiago
-Sardoá
-Senador Firmino
-Senador Modestino Gonçalves
-Senhora de Oliveira
-Senhora dos Remédios
-Teixeiras
-Turmalina
-Turvolândia
-Vimolândia

**PROGRAMA ESTADUAL DE
PROMOÇÃO DE PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS**

Secretaria de Planejamento
Coordenação Geral
BRASIL/1988

RESUMO DOS PROJETOS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL



OBJETIVOS:

- .Elevar os níveis de produtividade dos estabelecimentos rurais de baixa renda;*
- .Contribuir para a elevação do nível de educação e para a melhoria das condições de saúde, habitação e nutrição dos pequenos produtores e suas famílias.*

JUSTIFICATIVA:

A assistência aos produtores, às famílias e à comunidade, compreende um processo amplo de mudanças quantitativas sócio-econômicas e qualitativas, através da sua participação na gestão de programas e na solução de seus problemas. A ação educativa é voltada para a orientação e capacitação dos produtores e suas famílias, a fim de atenderem às suas necessidades com maior e melhor aproveitamento de seus próprios recursos.

METAS:

- .Desenvolver 387 comunidades rurais, dando assistência a 30.000 famílias, 6.230 jovens, 14.400 mães e orientação à formação de 2.460 líderes;*
- .Dar assistência técnica, creditícia e extensão rural, a 30.000 pequenos produtores, assim distribuídos: 2.000 no 1.º ano, 5.000 no 2.º ano, 7.000 no 3.º ano, 8.000 no 4.º ano e 8.000 no 5.º ano.*

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em.....

CR\$ 885.588.320,00

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .Secretaria da Agricultura*
- .EMATER/MG*
- .SUDECOOP*
- .Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos*
- .Secretaria da Educação*
- .Secretaria da Saúde*
- .Agências Bancárias (concessão de crédito)*

CRÉDITO RURAL



OBJETIVOS:

- .Proporcionar o acesso do pequeno produtor rural ao crédito, através do desenvolvimento de linhas especiais para investimento, custeio, comercialização, reflorestamento, eletrificação rural e recuperação de várzeas;*
- .Instalação de Agências Financeiras de Crédito nos municípios de concentração de produtores de baixa renda, precariamente assistidos ou desassistidos de infra-estrutura creditícia adequada.*

JUSTIFICATIVA:

Além de não dispor dos recursos financeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades, o agricultor de baixa renda nem sempre tem acesso ao crédito bancário, seja em decorrência da excessiva complexidade do processo de financiamento, seja devido ao desinteresse das agências bancárias na concessão de pequenos empréstimos, ou pela inexistência de linhas de crédito adequadas às suas necessidades, tendo em vista não apenas sua capacidade de pagamento, mas também suas características e comportamento social.

METAS:

- .Orientar tecnicamente e atender a 30 mil produtores, ao longo de cinco anos, com empréstimos destinados ao custeio e à comercialização, bem como aos investimentos necessários à melhoria de seus estabelecimentos.*
- .Implantar mais 20 Agências Financeiras de Crédito, na forma de Postos Avançados de Crédito Rural ou como Postos de Atendimento Móveis.*

CUSTO FINANCEIRO:

Cr\$ 2.698.428.626,00

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .Agentes Oficiais de Crédito*
- .EMATER/MG*

COOPERATIVISMO



OBJETIVOS:

- .Fortalecimento do sistema cooperativista entre os pequenos produtores, visando fomentar e desenvolver a consciência associativista nas cooperativas existentes e outros níveis de organização, durante o período de vigência do Programa.*
- .Racionalizar o processo de produção e comercialização de produtos agropecuários, visando garantir melhor renda ao pequeno produtor rural e preços menos instáveis a nível do consumidor final.*

JUSTIFICATIVA:

Necessidade de atender ao pequeno produtor, a nível da própria comunidade, até que apresente as condições indispensáveis à sua integração no sistema cooperativista.

METAS:

- .Constituição de oito cooperativas*
- .Estruturação e formação de 120 Pré-cooperativas*
- .Assistência a 355 Grupos de Produtores (aproximadamente 9.000 produtores).*

CUSTO FINANCEIRO:

- .Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$257.499.661,50.*

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .SUDECOOP*
- .EMATER/MG*

RECUPERAÇÃO DE VÁRZEAS

OBJETIVOS:

- .Saneamento Agrícola: recuperação de terras alagadiças através de obras de proteção contra enchentes, retificação e dragagem de cursos d'água.*
- .Drenagem: rebaixamento do lençol freático, através da implantação de sistema de drenos, de forma a possibilitar o cultivo das áreas.*
- .Irrigação: implantação de sistemas de distribuição de água, pela utilização de canais e sulcos (irrigação superficial), ou através do controle do lençol freático (irrigação subterrânea).*

JUSTIFICATIVA:

Mediante a recuperação e utilização racional de várzeas, promover-se-á o desenvolvimento dos recursos regionais, além de propiciar ao pequeno produtor a obtenção de mais uma safra no período de seca, elevando a renda do seu estabelecimento e aumentando a oferta de produtos agrícolas.

METAS:

- .O componente prevê a recuperação e incorporação ao sistema produtivo de 6.000 hectares de várzeas, ao longo de um período cinco anos.*

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$ 102.699.576,50

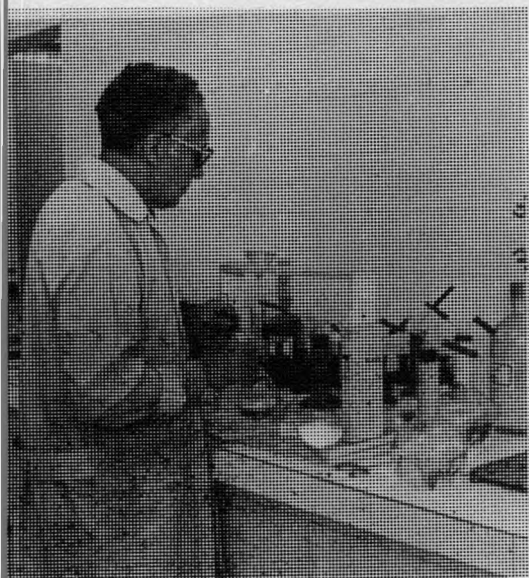
ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .RURALMINAS*
- .EMATER-MG*
- .Depto. Nacional de Obras e Saneamento.*

Secretaria de Planejamento
Coordenação Geral
BIBLIOTECA



PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA



OBJETIVOS:

- .Identificar, analisar e recomendar sistemas adequados de produção para o pequeno produtor rural.*
- .Contribuir para o aumento da produtividade, rentabilidade da produção e dos níveis de renda do pequeno produtor rural.*

JUSTIFICATIVA:

- .Baixo índice de aplicação de tecnologia e pouca difusão do conhecimento de técnicas agrícolas adequadas ao pequeno produtor e à sua região, resultando em níveis insatisfatórios de produtividade para o agricultor.*
- .Dada a heterogeneidade das regiões, o papel da pesquisa agrícola torna-se de suma importância para indicar, não apenas os insumos e produtos melhor adaptáveis a cada área, mas também no sentido de gerar soluções para problemas decorrentes da própria implantação do Programa.*

METAS:

- .Realização de cerca de 400 experimentos e programas de demonstração, dos quais pelo menos 50 % serão efetuados a nível de propriedades particulares, 20 % destas com menos de 10 ha. Os 200 experimentos restantes, serão realizados em campos de observação da EPAMIG. O projeto constará de programa de pesquisa de produtos, administração rural, comercialização, produção de sementes básicas de leguminosas e gramíneas e de agrosilvicultura.*

CUSTOS FINANCEIROS:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$ 216.892.758,50.

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .EPAMIG*
- .EMATER*

LEGITIMAÇÃO DE TERRAS

OBJETIVO:

.Regularização da posse da terra, dando ao seu ocupante a condição de proprietário legal, de modo a proporcionar ao pequeno produtor o acesso às fontes tradicionais de crédito e segurança da posse de sua terra.

JUSTIFICATIVA:

Grande parte dos pequenos produtores rurais não têm acesso às fontes tradicionais de crédito devido à ausência de títulos legais de propriedade da terra que exploram como ocupantes. Além disso, estão sujeitos a eventual conflito com aqueles que se tornem proprietários legais das terras de sua exploração.

METAS:

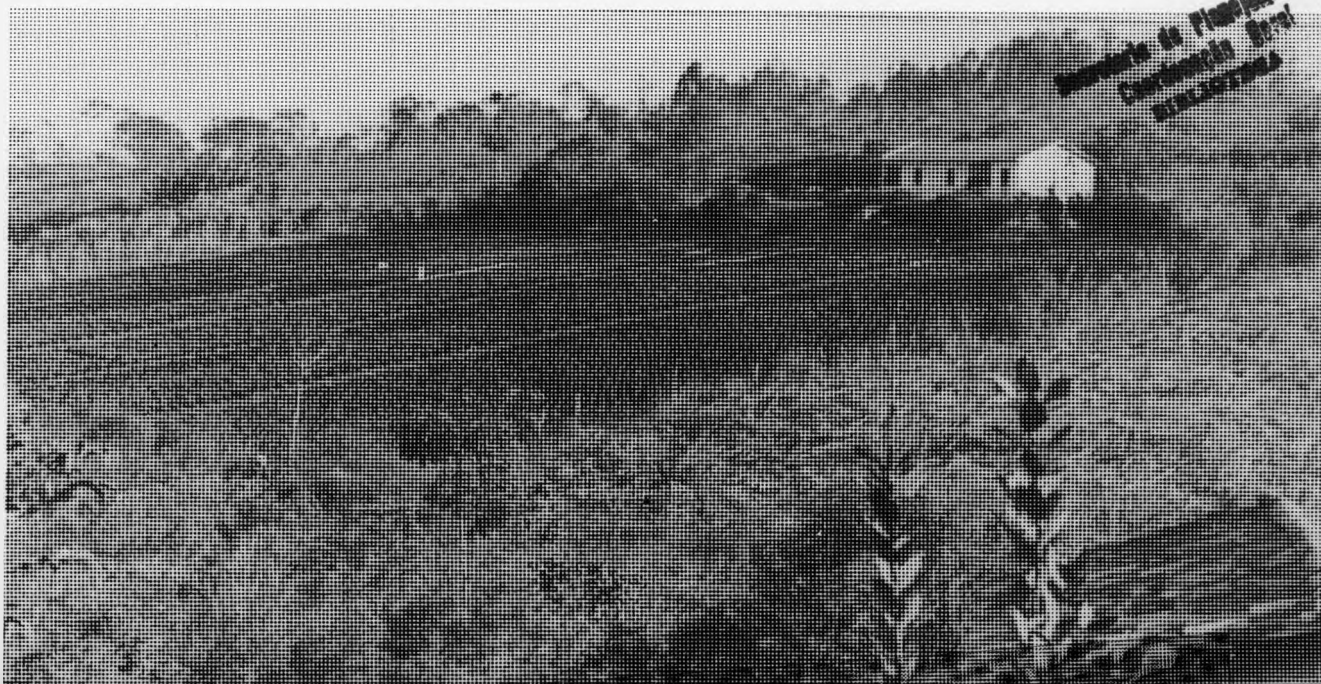
Prevê-se a legitimação da posse de 8.930 estabelecimentos de baixa renda, cuja área total deverá somar 178.600 hectares.

CUSTO FINANCEIRO:

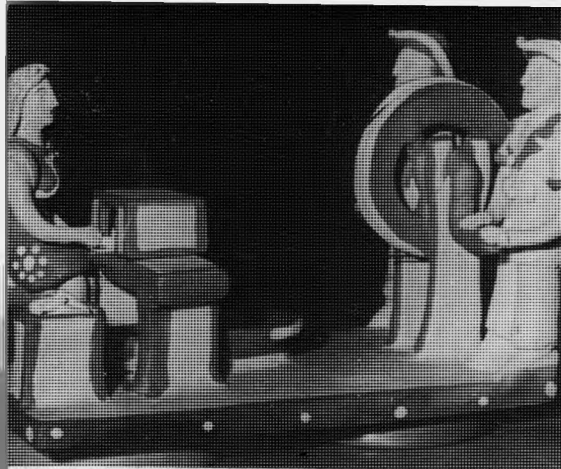
Os custos operacionais para este componente foram orçados em Cr\$ 44.467.750,00

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

.RURALMINAS.



*Ministério de Planejamento e
Coordenação Geral
do Desenvolvimento*



APOIO À PEQUENA EMPRESA

OBJETIVOS:

- .Assistência à pequena empresa, mediante prestação de assessoria técnica, gerencial e financeira;*
- .Treinamento e formação de mão-de-obra não agrícola, através da difusão e aperfeiçoamento das técnicas de trabalho existentes, tendo em vista a melhoria da produtividade;*
- .Incentivo e Apoio ao artesanato, com a organização dos artesãos em associações, financiamento da aquisição de matéria-prima e instrumentos de trabalho e criação de novos canais para a comercialização de seus produtos.*

JUSTIFICATIVA:

Nas áreas contempladas pelo Programa, as pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços desempenham importante função quanto à oferta de bens e serviços e constituem mercado de trabalho para significativas parcelas da população semi-urbana. Assim, além de se buscar melhor qualificação daquelas empresas, para o desempenho de suas atividades, procurar-se-á promover o aperfeiçoamento de recursos humanos, diminuindo as taxas de subocupação e ampliando as oportunidades de emprego.

METAS:

- .Prestação de assistência técnica, gerencial e financeira a 1.100 pequenos estabelecimentos. Deste total, cerca de 80% constituem empresas não formais e, o restante, empresas registradas com até cinco empregados;*
- .Ministrar treinamento para linha operacional e formação a 6.000 pessoas e, em técnicas gerenciais e administrativas, a 1.025 pessoas;*
- .Proporcionar a 2.000 artesãos facilidades na aquisição de matéria prima e instrumental de trabalho e também acesso aos canais de comercialização.*

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram orçados em Cr\$ 124.671.876,50

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos.*

COMERCIALIZAÇÃO (INSUMOS E PRODUTOS)

OBJETIVOS:

- . Criação de mecanismos que facilitem a comercialização dos excedentes gerados nos estabelecimentos rurais de baixa renda, bem como a oferta de insumos agrícolas;
- . Tornar mais acessíveis, ao pequeno produtor, os programas de compra antecipada da produção;
- . Proporcionar, ao produtor de baixa renda, condições objetivas para que possa ter acesso aos programas de preços mínimos de produtos agrícolas;
- . Dotar as áreas selecionadas de infra-estrutura de armazenagem adequada e eficiente;
- . Expansão da rede de Postos da CAMIG;
- . Implantação de sistema de apoio à comercialização voltado para a pesquisa de mercado e de novas oportunidades de produção;
- . Assessorar e assistir, tecnicamente, o produtor rural de baixa renda na comercialização de seus produtos.

JUSTIFICATIVA:

A etapa de comercialização constitui um dos mais sérios entraves ao desenvolvimento do pequeno produtor rural, seja pela ação do intermediário, ou ainda por não dispor, o pequeno produtor, de condições objetivas e de informações suficientes que lhe permita colocar seus produtos no mercado a preços satisfatórios.

METAS:

- . Orientar tecnicamente e assistir 30 mil famílias de pequenos produtores rurais, não só na fase de comercialização de produtos, mas também pela ampliação da oferta de insumos agropecuários, do suporte da política de preços mínimos e de infra-estrutura e serviços de armazenagem, beneficiamento, transporte e comunicação.
- . Melhorar a eficiência econômica e operacional da comercialização, através de participação direta de órgãos governamentais no processo, e assistência técnica e de crédito a outras instituições privadas, sobretudo às Cooperativas de produtores, na compra e venda de insumos e produtos agropecuários.

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais deste componente foram estimados em Cr\$ 270.180.817,50

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- . CAMIG,
- . CASEMG
- . EMATER
- . EPAMIG
- . SUDECOOP
- . CFP - Comissão de Financiamento da Produção



REFLORESTAMENTO



OBJETIVO:

.Proporcionar novas alternativas de remuneração ao pequeno produtor, através de seu auto-abastecimento e da geração de excedentes para o mercado de carvão.

JUSTIFICATIVA:

.Existência de grandes extensões de terra não adequadas à agricultura e à pecuária, cujo aproveitamento, para fins de reflorestamento, propiciará a melhoria das condições ambientais e, ao mesmo tempo, ampliará o fornecimento de carvão vegetal ao mercado.

.Necessidade de se criar novas alternativas de rendimentos para as pequenas propriedades, mediante a implantação de associações de pequenas propriedades, e da implantação de associações de pequenos produtores destinadas ao aproveitamento do material para carvão, com utilização de tecnologia já desenvolvida.

METAS:

.Reflorestamento de 10.000 ha em cinco anos.

.Levar o reflorestamento a 4.140 pequenas propriedades rurais.

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$122.798.999,50.

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

IEF

EMATER/MG

ESTRADAS



OBJETIVO:

.Dotar as áreas de concentração de agricultura de baixa renda de infra-estrutura de transportes, adequada à integração do pequeno produtor aos centros de prestação de serviços, bem como permitir o escoamento de sua produção para os mercados consumidores e/ou centros de armazenamento.

JUSTIFICATIVA:

A existência de infra-estrutura de transporte adequada, nas áreas de concentração de agricultura de baixa renda, constitui pré-requisito indispensável à viabilização dos demais componentes do Programa, além de possibilitar o escoamento dos excedentes de produção e o acesso aos centros de prestação de serviços.

METAS:

- .Melhoramentos em 3.360 Kms de estradas rurais;*
- .Implantação de 100 Kms de novos acessos dos povoados às sedes municipais*
- .Conservação das principais estradas vicinais dos 102 municípios do Programa.*

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais deste componente foram estimados em Cr\$1.888.571.500,00

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .DER/MG*
- .EMATER/MG*

Secretaria de Planejamento e
Organização Geral
BIBLIOTECA

ELETRIFICAÇÃO RURAL

OBJETIVO:

Extensão dos serviços de eletrificação rural às comunidades rurais de baixa renda, tendo em vista a melhoria da produtividade agrícola e da qualidade de vida da população.

JUSTIFICATIVA:

Existência de considerável número de pequenos agricultores carentes dos benefícios do uso da eletricidade, tanto para a modernização de seus equipamentos agrícolas, como para consumo doméstico.

METAS:

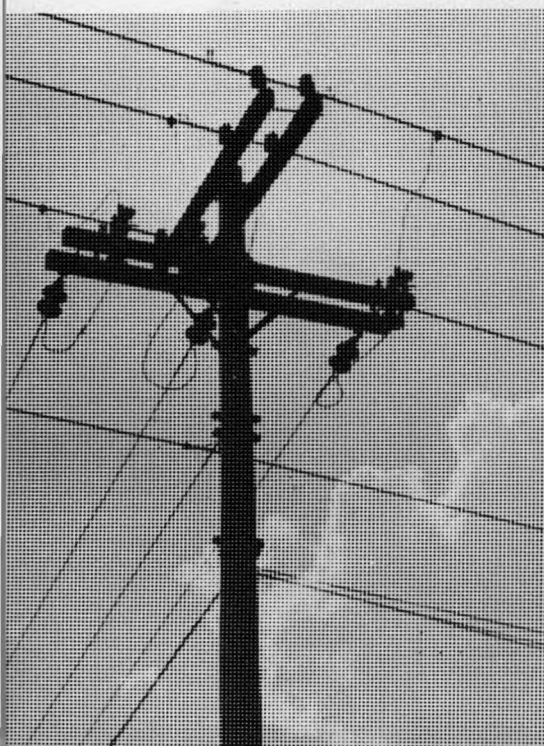
.Eletrificação de 5.486 propriedades rurais de até 100 ha, correspondendo ao atendimento de 20% do total de produtores dos 16 lugares centrais (aqueles que serão contemplados com centros comunitários), e 10% do total de produtores dos 16 lugares semi-centrais (aqueles que serão contemplados com minicentros comunitários).

CUSTO FINANCEIRO:

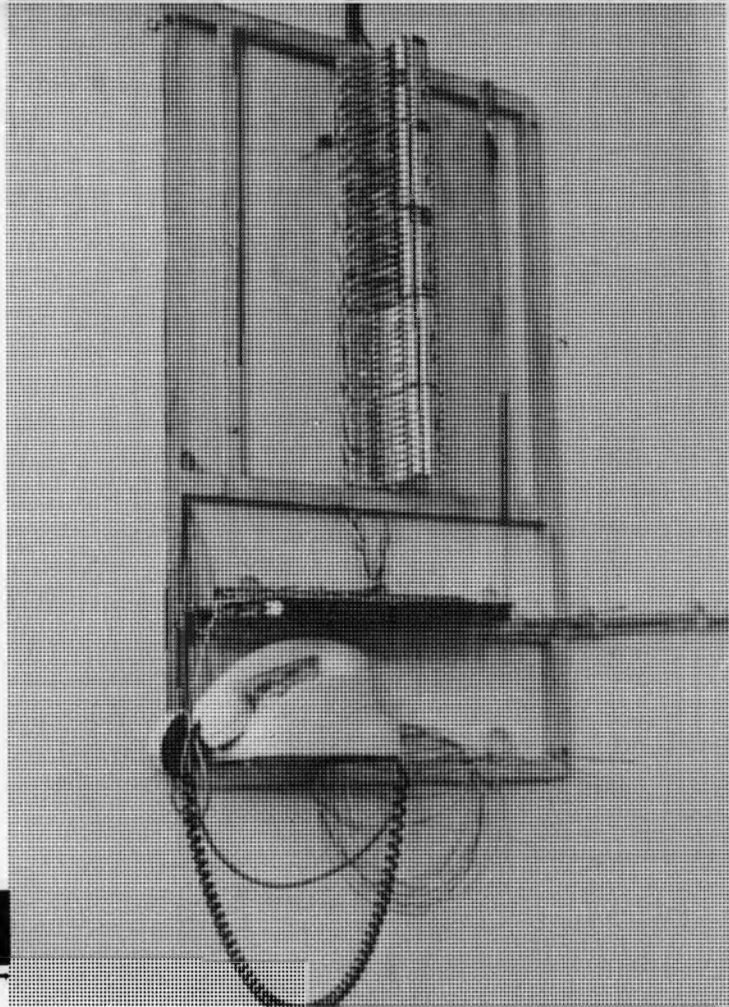
Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$360.973.500,00

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS:

- .CEMIG*
- .DAE/MG*
- .EMATER/MG*
- .Secretaria do Trabalho*



TELEFONIA RURAL



OBJETIVO:

O Programa tem por meta suprir de serviços de telefonia rural as áreas de concentração de agricultura de baixa renda e dos centros comunitários rurais.

JUSTIFICATIVA:

Quebrar o isolamento, ou eliminar as dificuldades de comunicação, das áreas de concentração da agricultura de baixa renda.

META:

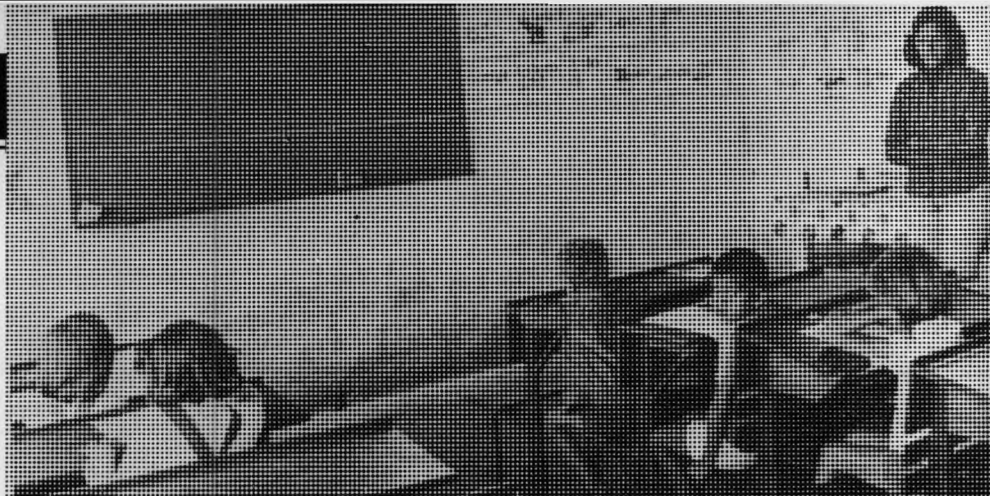
.Instalação de Postos de Serviços de Telefonia Rural em 34 municípios.

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$ 75.752.120,00

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

DAE/MG.



OBJETIVOS:

- .Promover o desenvolvimento integral do pequeno produtor rural, considerando suas necessidades reais e sua participação no processo de mudança social, preservando e fortalecendo, ao mesmo tempo, a cultura local.*
- .Transformar as unidades escolares dirigidas para o ensino formal em Centros Comunitários de Educação Permanente, possibilitando, assim, a tomada de consciência de suas condições de vida e a organização dos grupos sociais mais carentes.*
- .Ampliar e melhorar, qualitativamente, a oferta de serviços de educação, procurando criar um vínculo entre o trabalho real da escola e a atividade produtiva da comunidade.*

JUSTIFICATIVA:

A realidade educacional, no meio rural, tem se caracterizado por um ensino cujos valores estão distanciados do homem e da cultura local. A escola deve se constituir no agente de preservação da cultura e, ao mesmo tempo, propiciar condições para sua renovação a partir da própria comunidade.

METAS:

- .Dinamização de Escolas Agrícolas, com reforma e ampliação de prédios e instalações, oferecendo condições para a utilização do potencial existente.*
- .Inovação curricular, possibilitando a reelaboração de materiais de ensino para professores e alunos; criação de hortas escolares e cantinas.*

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$606.801.683,00

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .Secretaria da Educação*
- .Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos*
- .Secretaria da Saúde*
- .SUDECOOP*
- .EMATER/MG.*

SAÚDE E SANEAMENTO

OBJETIVOS:

- .Conscientizar a população quanto as ações necessárias à saúde;
- .Reduzir a incidência de doenças veiculadas a partir das condições inadequadas de moradia;
- .Integrar as ações no setor, abrangendo os aspectos de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde;
- .Estender a cobertura dos serviços de saúde à população de baixa renda.

JUSTIFICATIVA:

As condições de saúde da população são determinadas, em grande parte, por sua situação sócio-econômica, o que sugere que um programa de saúde deva assumir um caráter verdadeiramente preventivo, desenvolvendo e estimulando iniciativas que possibilitem a melhoria global das condições de vida. Por isso, um projeto de saúde não deve se limitar à execução de determinadas ações no âmbito da unidade ambulatorial, mas privilegiar o trabalho comunitário, visando conscientizar a população sobre determinantes de suas condições de saúde.

METAS:

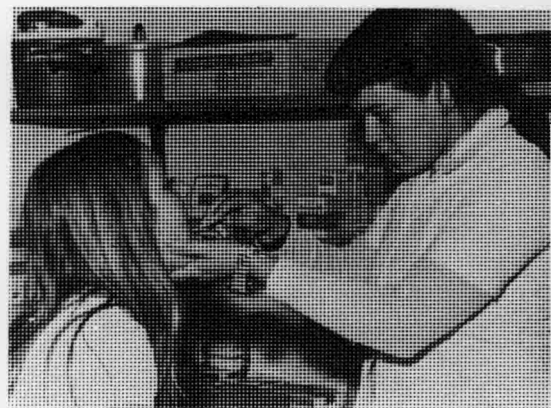
- .Construção de seis Centros de Saúde tipo II (unidades destinadas a dar cobertura a uma população de 3.500 a 6.500 habitantes, operadas por um médico, quatro auxiliares de saúde e um servente);
- .Reforma de quatro Centros de Saúde tipo II;
- .Construção de 60 Centros de Saúde tipo I (unidades para o atendimento de 1.500 a 3.500 habitantes, operadas por um médico, dois auxiliares de saúde e um servente);
- .Reforma de dois Centros de Saúde tipo I;
- .Construção de 120 Postos de Saúde (unidades para atenderem de 500 a 2.000 habitantes e operadas por dois auxiliares de saúde);
- .Reforma de três Postos de Saúde;
- .Implantação de 85 sistemas simplificados de abastecimento de água e de rede coletora de esgoto;
- .Reforma de 3.125 moradias nos municípios de Itacambira e Mato Verde.

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$592.561.542,00.

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .Secretaria da Saúde
- .Secretaria da Educação
- .Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos
- .EMATER/MG
- .Prefeituras Municipais.



Secretaria de Planejamento
Coordenação Geral
BIBLIOTECA

CENTROS E MINI-CENTROS COMUNITÁRIOS

OBJETIVOS:

- .Proporcionar suporte ao processo interativo entre pessoas e instituições e à busca ao atendimento de suas necessidades básicas;*
- .Atender integralmente o pequeno produtor rural, tendo em vista suas necessidades reais nas áreas de educação, saúde, lazer, trabalho;*
- .Possibilitar, ao produtor de baixa renda, capacidade de conhecer, decidir e se organizar para sua manutenção, através da educação comunitária.*

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento comunitário, por sua própria natureza, compreende uma multiplicidade de setores (educação, saúde, alimentação, técnicas de produção, canais de comercialização, formas de associação, entre outros), o que requer a participação de várias instituições. Por isso, a assistência ao produtor rural deve atender a todas as suas necessidades, desde a produção e comercialização até o lazer, saúde e cultura. Nessa perspectiva, os Centros e Mini-Centros Comunitários funcionarão como pontos de convergência e irradiação dos benefícios do Programa.

METAS:

Construção de oito Micro-Centros, oito Mini-Centros e 16 Centros Comunitários, devendo-se dar prioridade à utilização de recursos locais (materiais e humanos) e ao padrão de construção próprio da região e da localidade. Nos Centros Comunitários serão instaladas Escolas, Bibliotecas Comunitárias e Centros ou Postos de Saúde. Poderão conter, ainda, áreas destinadas a Posto Avançado de Agência Bancária, Unidade de Apoio do IEF, Escritório da SUDECOOP, Posto Telefônico, Posto da CASEMG, Posto da CAMIG e outras dependências.

CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em Cr\$ 208.004.440,00

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos*
- .Secretaria da Agricultura*
- .Secretaria da Educação*
- .Secretaria da Saúde*
- .EMATER/MG*





DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

OBJETIVOS:

- .Fomentar a participação das comunidades rurais nas decisões e nas ações a serem efetivadas pelo Programa, propiciando-lhes apoio técnico-institucional;*
- .Desenvolver uma experiência prática de ação integrada, que envolva agências públicas e privadas;*
- .Criar um Fundo de Desenvolvimento Comunitário, com recursos a serem aplicados em projetos não financiados por outras ações do Programa, segundo critérios pre-estabelecidos.*

JUSTIFICATIVA:

Toda comunidade tem suas necessidades e suas aspirações, mas nem sempre possui recursos próprios para realizar metas de alcance comunitário, dadas as precárias condições sócio-econômicas e o insuficiente nível de renda das famílias. A experiência demonstra que a ajuda à comunidade pode contribuir muito para o seu desenvolvimento, quando se investem recursos segundo as suas próprias aspirações. Assim, o projeto-piloto possibilitará, através do Fundo Especial, fomentar o desenvolvimento de comunidades de baixa renda.

META:

- .Implantação de um projeto-piloto que possibilite incrementar o desenvolvimento comunitário em 21 municípios selecionados.*

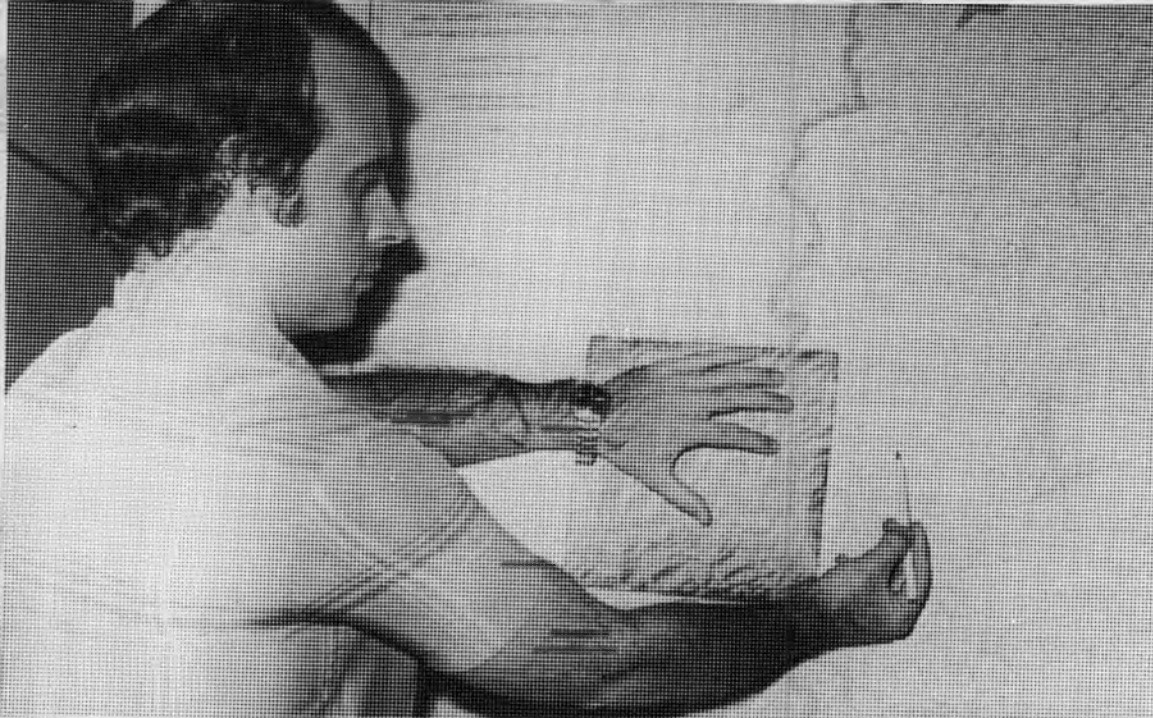
CUSTO FINANCEIRO:

Os custos operacionais para este componente foram estimados em um total de Cr\$83.939.417,50.

ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

- .Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos*
- .EMATER/MG*
- .Órgãos responsáveis por componentes sociais*
- .Órgãos responsáveis por componentes econômicos*

**Secretaria do Planejamento
Coordenação Geral
BIBLIGTEC-2**



ADMINISTRAÇÃO E MONITORIA

OBJETIVO:

Garantir a implantação efetiva e oportuna do Programa.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria do Planejamento exercerá a coordenação geral do Programa, participará de uma avaliação contínua de sua implementação e promoverá seminários para assegurar a integração das instituições envolvidas.

A coordenação executiva está a cargo da Secretaria da Agricultura, que será responsável pela administração do Programa e pelo acompanhamento das atividades dos órgãos executores.

CUSTO FINANCEIRO:

Cr\$ 243.908.224,50

OBS: Todos os valores citados nesta publicação foram calculados com base na taxa de câmbio de 1.º/7/80 - 1 US\$ = Cr\$ 52,315.

O Programa conta ainda com reserva de contingência estimada em Cr\$ 3,3 bilhões.

AVALIAÇÃO

OBJETIVO:

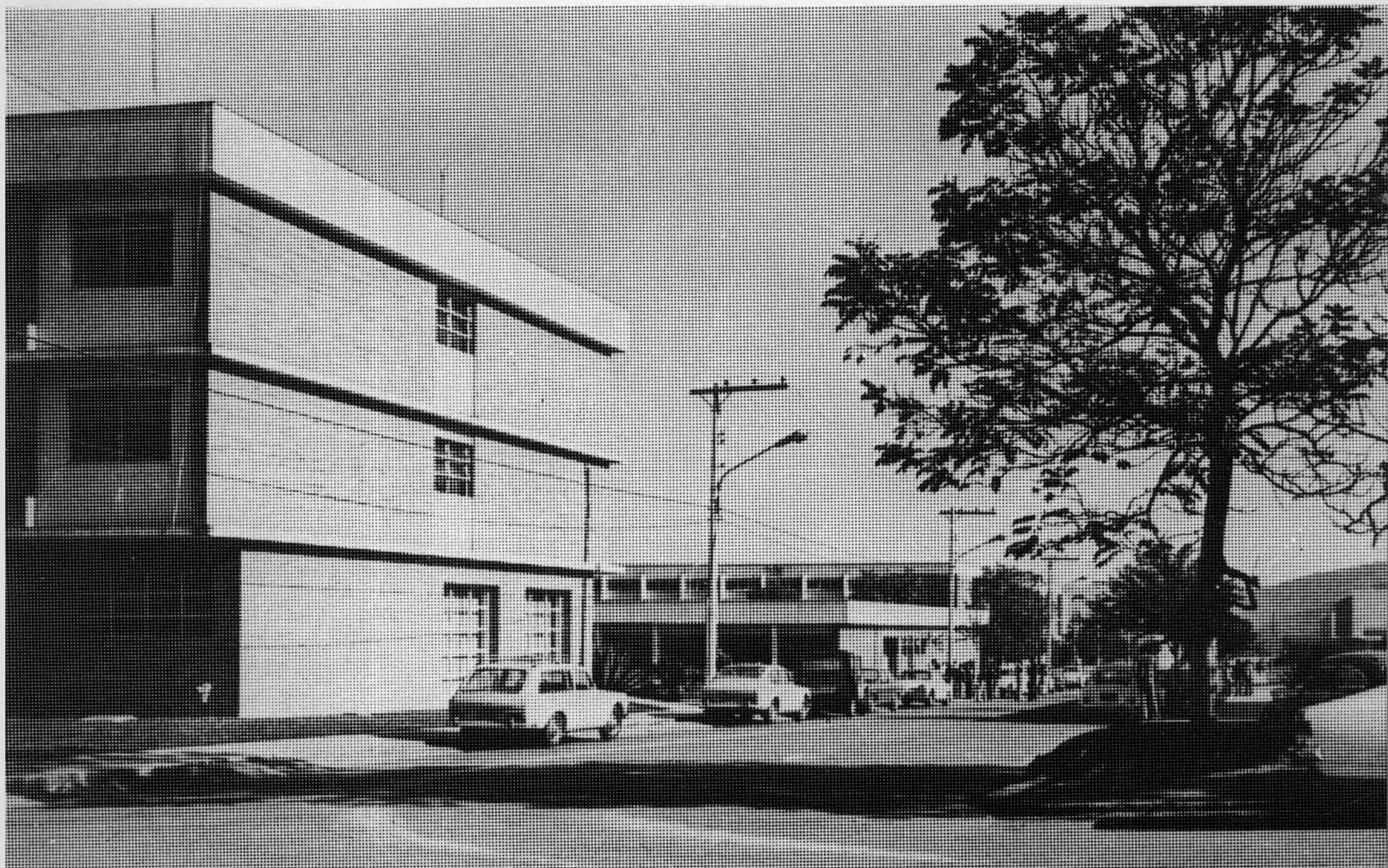
Mensuração e avaliação dos efeitos do Programa nas áreas selecionadas.

ATIVIDADES:

A avaliação ficará a cargo da Universidade Federal de Viçosa, que realizará análises anuais sobre o impacto do Programa nas áreas atendidas.

RECURSOS:

Cr\$ 156.573.563,50



O volume 4 do III PMDES foi subdividido em várias publicações, que refletem a ação governamental baseada na pesquisa "E na sua Opinião", inspirada na filosofia do Planejamento Participativo implantado pelo Governador Francelino Pereira dos Santos.



O que precisa ser feito em seu bairro, em sua cidade, em Minas Gerais? O Governo está preparando o III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social e conta com a sua sugestão. Ninguém melhor que você para nos informar. Escreva. Ponha no papel. Encaminhe sua sugestão através das lideranças, dos clubes de serviço, associações, vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais de sua região. Ou escreva diretamente à Secretaria do Governo, indicando no envelope "III PMDES" — Palácio dos Despachos — Praça da Liberdade — CEP 30.000 — Belo Horizonte.

GOVERNO FRANCELINO PEREIRA

EM SUA OPINIÃO?

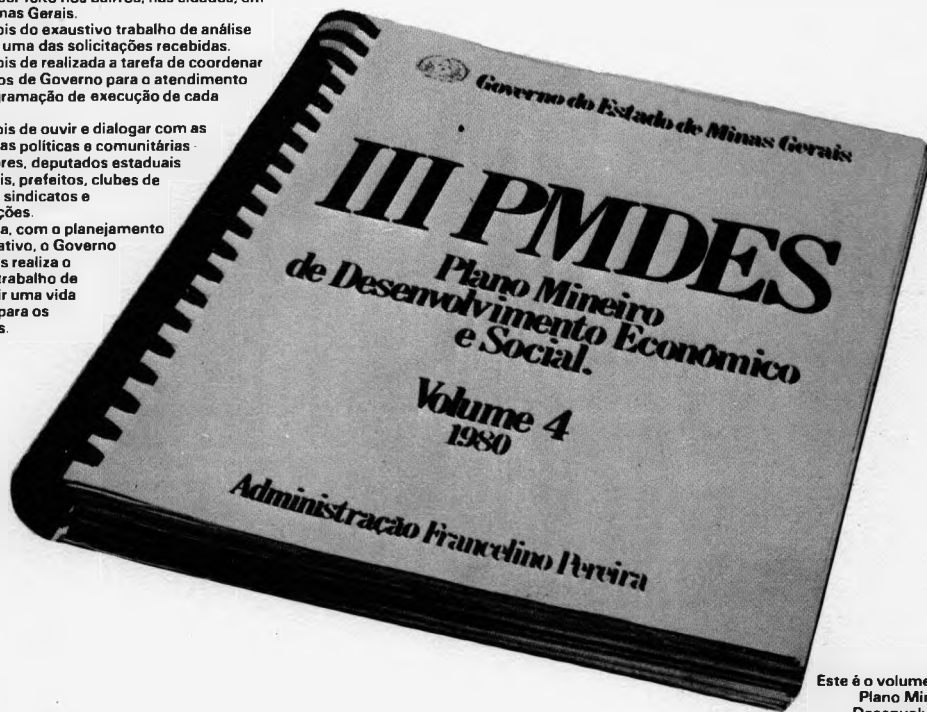
Depois de receber cerca de 10.000 solicitações sobre o que precisa ser feito nos bairros, nas cidades, em toda Minas Gerais.

Depois do exaustivo trabalho de análise de cada uma das solicitações recebidas.

Depois de realizada a tarefa de coordenar os órgãos de Governo para o atendimento e a programação de execução de cada projeto.

Depois de ouvir e dialogar com as lideranças políticas e comunitárias: vereadores, deputados estaduais e federais, prefeitos, clubes de serviço, sindicatos e associações.

Agora, com o planejamento participativo, o Governo de Minas realiza o grande trabalho de construir uma vida melhor para os mineiros.



Este é o volume 4 do III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Ele contém respostas às solicitações de obras com benefícios públicos, que serão atendidos em todo o Estado, em 1980. Como ilustração, apresentamos algumas das respostas que estarão contidas, detalhadamente, no Volume 4 do III PMDES.

A RESPOSTA.

ARESPOSTA. SIM.

Aqui apresentamos as respostas aos pedidos que serão atendidos, em todo o Estado de Minas Gerais.

Sim. Para a população menos favorecida.

Para atender o grande número de pedidos de obras nos bairros e vilas da periferia das 14 cidades da Grande-BH (Região Metropolitana), o Governo de Minas criou um programa especial.

O objetivo deste programa é melhorar a qualidade de vida das populações menos favorecidas. O Programa levará às favelas, vilas e bairros da periferia o maior número possível de benefícios. E já começou a ser realizado em Belo Horizonte, para depois se estender a outras cidades da Região.

A importância do programa está, principalmente, na busca do envolvimento das comunidades, desde a fase de definição das necessidades até a realização das obras. E poderá proporcionar, entre outros, os seguintes benefícios:

- Água e esgoto.
- Coleta de lixo.
- Educação.
- Saúde.
- Iluminação pública e domiciliar.
- Abertura e calçamento de ruas.
- Criação de creches.
- Praças polivalentes.
- Treinamento de mão-de-obra.
- Transporte público de passageiros.

Como parte deste programa, o Governo já está iniciando importantes obras na Vila do Cafezal, atrás do Hospital Evangélico, na Serra: abertura de ruas, fornecimento de luz elétrica, coleta de lixo, construção de escola, posto de saúde, canaletas, abastecimento de água e de alimentos. Ao todo serão beneficiadas 12 mil pessoas.

Sim. Para o transporte coletivo na Grande BH.

O Governo de Minas, beneficiando a população que utiliza o transporte coletivo, (cerca de 80%) atenderá o grande número de pedidos de melhoria do transporte urbano na Grande BH. Através de um programa que vai melhorar o sistema viário e a frota de transporte coletivo.

O Programa de Transportes Alternativos vai aplicar, a partir de 1980, mais de 8 bilhões de cruzeiros - em convênios com o Ministério dos Transportes, Ministério do Interior, Banco Mundial, Prefeitura de Belo Horizonte e outras da Grande BH - destinados a:

- Implantação do Trem Metropolitano, ligando a Estação Central a Betim; Belo Horizonte ao Barreiro, Ibitiú e Sarzedo; Belo Horizonte a Sabará e Rio Acima; Belo Horizonte a Santa Luzia, Vespasiano e Pedro Leopoldo.
- Criação de faixas exclusivas para ônibus nas Avenidas Amazonas, Pedro I, área Central, Barreiro e Contagem ao Centro, e pistas privativas na Via Expressa Leste-Oeste e Cristiano Machado.
- Prolongamento da Av. Cristiano Machado, incluindo a pista privativa para ônibus.
- Conclusão do Anel Rodoviário com a criação das vias laterais e do trecho da Av. Amazonas.
- Ligação do Município de Contagem à Via Leste-Oeste.
- Pavimentação de 72 km de vias em bairros periféricos, em 1980.
- Recuperação de Via e Sistema de Drenagem das Avenidas Pedro II e Carlos Luz.
- Abertura das seguintes vias, incluindo obras de canalização de córregos e controle de enchentes:
 - Av. Delta
 - Av. Esportes
 - Av. Pinheiros
 - Av. Américo Vespúcio e Acessos
 - Av. Petrolina
 - Av. Belém
 - Av. dos Andradas, a partir da ponte do Perrela
 - Av. Sumaré.

Sim. Luz para as pequenas comunidades.

Os pedidos de iluminação pública e residencial para as pequenas localidades e periferias de cidades serão atendidos pelo Governo de Minas, através da Cemig, com um programa que vai ligar mais de 1.043 localidades mineiras, beneficiando quase 2 milhões de habitantes. O Governo vai aplicar mais de 17 bilhões de cruzeiros, durante 5 anos, a partir de 1980.

Sim. Água para as pequenas comunidades.

O Governo de Minas irá atender 199 pequenas localidades, que solicitaram serviços de abastecimento de água e rede de esgoto. Através de um programa que já está sendo realizado pela Copasa MG, com recursos previstos de 300 milhões de cruzeiros. Mais de 500 mil pessoas serão beneficiadas.

Sim. Para a saúde pública.

Os pedidos de instalação de postos de saúde nas comunidades de até 20.000 habitantes, serão atendidos pela ampliação do Programa da Secretaria da Saúde. Inicialmente, este programa vai atender as comunidades do Nordeste e Norte de Minas, através do Centro Regional de Saúde de Montes Claros, com benefícios reais a aproximadamente 1 milhão e 200 mil pessoas, a partir de 1980.

Sim. Para a educação.

Para atender aos pedidos no setor educacional, o Governo de Minas, através da Secretaria da Educação, realizará, em 1980, Projetos de Rede Física, beneficiando: os

14 municípios que compõem a Grande-BH (Região Metropolitana), com a construção de 71 novos prédios escolares, com investimentos previstos de Cr\$ 739 milhões; 17 municípios do Estado, considerados centros urbanos intermediários, com a construção de 92 prédios escolares, 27 ampliações e 48 reformas, com investimentos previstos de Cr\$ 700 milhões; 190 municípios do interior do Estado serão beneficiados com a construção de 149 prédios escolares novos e 64 ampliações e reformas, com investimentos de Cr\$ 450 milhões.

Sim. Para o trabalho e ação social.

Um volume significativo de pedidos referentes à prática de esportes e áreas de lazer será atendido pelo Governo de Minas, através da Secretaria do Trabalho Ação Social e Desporto. Para isso foi criado o Pró-Esporte - Programa Estadual de Apoio ao Esporte, que já está atuando nas áreas periféricas das cidades e em regiões carentes. E mais: construção de 12 módulos esportivos em municípios que enviaram pedidos, aquisição de 120 conjuntos para recreação e parques infantis, distribuição de material esportivo e concessão de recursos para a construção e manutenção de praças esportivas.

Sim. Para a criação de empregos.

Com o objetivo de solucionar um dos mais sérios problemas da população que é a falta de empregos no interior e na capital, o Governo de Minas consolidou a implantação de projetos já decididos para o Estado e promove a definição de outros. Entre os principais, a IV Fase da Usiminas, O Programa Habitacional, o Aeroporto Metropolitano de Belo Horizonte, a Ferrovia do Aço, Acominas, Siderurgica Mendes Júnior e Proálcool. Serão gerados dezenas de milhares de empregos diretos e indiretos.

Sim. Para o homem do campo.

Para atender a 35.000 pequenos produtores rurais distribuídos em 102 municípios mineiros, o Governo de Minas criou o Programa Estadual de Pequenos Produtores Rurais que será financiado pelo Tesouro do Estado, Governo Federal e Banco Mundial. Mais de 11 bilhões de cruzeiros serão aplicados neste Programa, durante quatro anos, a partir de 1980.

Os principais benefícios gerados por este programa do Governo de Minas:

- Serão atendidas 438 comunidades rurais, com assistência a 37.500 famílias.
- 35.000 pequenos produtores terão empréstimos e orientação técnica.
- legitimação da posse de terras cultivadas por pequenos lavradores, cuja área deverá somar um total de 178.600 ha.
- 3.404 km de estradas municipais serão melhoradas.
- os pequenos lavradores terão a garantia de colocação dos seus produtos da colheita até a comercialização.

Além destes, muitos outros benefícios importantes serão proporcionados aos pequenos lavradores através do Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais.

O Governo de Minas, dentro do objetivo de proporcionar benefícios ao homem do campo, irá desenvolver ainda os seguintes programas, em 1980: Projeto Serrotejão (Norte de Minas), Prodemat (Zona da Mata), Projeto Garutuba (Norte de Minas); Provázias (todo o Estado), Polo Centro (Oeste do Estado e Triângulo Mineiro) e Plano Sul de Minas (Sul de Minas).

NÃO.

Por existirem reais limitações de recursos financeiros, de natureza técnica e de caráter institucional e administrativo, o Governo do Estado, não poderá atender em 1980 muitas reivindicações e sugestões recebidas.

Não. Para estradas de tráfego reduzido.

O que não será atendido diz respeito, por exemplo, ao asfaltamento de trechos de rodovias que não têm suficiente volume de tráfego de pessoas e mercadorias que justifiquem um investimento extremamente caro por quilômetro pavimentado.

Não. Para obras ociosas.

Também o Governo não poderá instalar, por exemplo, cursos superiores ou armazéns e silos, em áreas que não tenham densidade populacional ou nível de atividades econômicas que justifiquem a sua implantação.

Não. Para infra-estrutura industrial em locais contra-indicados.

Não será atendida a criação de infra-estrutura para instalação de indústrias em locais onde a atividade industrial não preencha as condições necessárias ao seu desenvolvimento.

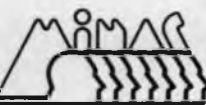
O Governo deixará de atender as solicitações que dependam de decisões da iniciativa particular, como a implantação de indústrias, ou de empresas rurais embora estas iniciativas sejam incentivadas através de ações do Estado.

Não. Para tudo o que não beneficie a coletividade.

Além disso, será impossível atender aos pedidos cujo benefício seja exclusivamente individual e que não gerem melhorias coletivas. Por exemplo: pedidos de melhorias em residências particulares, de eletrodomésticos, de créditos individuais, entre outros.

Esta publicação é a primeira resposta da Administração Francellino Pereira aos pedidos de interesse coletivo, recebidos através da sua opinião. Será dada também a resposta individual para todos aqueles que escreveram.

GOVERNO FRANCELINO PEREIRA
Uma vida melhor. Com a participação de todos.



GOVERNO FRANCELINO PEREIRA
Uma vida melhor. Com a participação de todos.

